

Introdução

O projeto Brasil que Sai do Censo: Perspectivas das Ciências Sociais tem como linha de ação promover ampla discussão sobre os resultados do Censo Demográfico de 2010, sob a ótica das ciências sociais.

A proposta tem por base a estruturação de um *reader* sobre o Brasil que sai do Censo 2010. O objetivo maior do projeto é a preparação de uma publicação estruturada com a colaboração de vários especialistas que se debruçariam sobre os resultados do Censo, buscando, dentro da área de interesse de cada um, construir um quadro analítico sobre os resultados, e procurando entender os fenômenos sociais a eles ligados. Os textos estariam respondendo a um conjunto de perguntas tratando de temas diversos e que colocam questões acerca da evolução do quadro econômico e social do país na primeira década do século XXI. Assim, são indicados como questões maiores os seguintes pontos:

- Vamos parar de crescer?
- Avançamos na questão da mulher?
- Somos mais idosos?
- Ficamos mais negros?
- Diminuímos nossa pobreza?
- Diminuímos nossas desigualdades regionais?
- Avançamos em educação?
- Somos mais religiosos?
- Somos menos metropolitanos?
- Temos mais estrangeiros?
- Temos mais brasileiros no exterior?

As atividades do projeto estão configuradas em cinco módulos que se complementam e preveem desde estudos tratando de temas específicos e incentivo à realização de monografias, passando pela realização de cursos sobre a utilização das bases do IBGE e chegando até a preparação de material para uma divulgação ampla dos resultados do Censo de 2010, inspirados nos estudos realizados.

Em relação ao curso proposto em 2012, em parte semelhante a outros realizados no âmbito dos encontros da Anpocs, este teve como objetivo maior proporcionar a aproximação dos estudantes de pós-graduação em Ciências Sociais e, eventualmente, pesquisadores, aos resultados do Censo Demográfico 2010. Essa situação contribuiu para a elaboração das monografias indicadas para o apoio da Fundação Ford.

No entanto, nem todas as atividades previstas no projeto chegaram a ser implementadas e, até o momento, dois tópicos receberam apoio para sua concretização: o curso sobre a utilização de bases de informações do IBGE e o concurso de monografias.

O curso apresentou breve histórico dos Censos Demográficos e a evolução dos temas neles investigados; discutiu os processos de elaboração e execução da operação censitária; frações amostrais aplicadas conforme o tamanho populacional dos municípios; características do entorno dos domicílios e o cadastro de endereços; inovações e alterações introduzidas e as implicações na série histórica; conteúdo dos questionários

básicos e amostra; resultados já divulgados; e apresentou as possibilidades de acesso às bases de dados do IBGE.

O concurso de monografias recebeu apoio da Fundação Ford e foi dirigido aos alunos dos cursos de doutorado dos programas de pós-graduação de instituições filiadas à Anpocs. Essa premiação visou incentivar a elaboração de trabalhos científicos pautados nos resultados do Censo Demográfico de 2010 e de outros produtos disponibilizados pelo IBGE.

A seleção das propostas de monografia foi realizada mediante inscrição dos interessados, atendendo ao edital publicado pela Associação no primeiro semestre de 2012. As monografias deveriam estar relacionadas a uma das três áreas de conhecimento indicadas no estatuto da Anpocs, a saber: antropologia, ciência política e sociologia.

O Comitê Científico do projeto¹ foi encarregado de fazer a avaliação das propostas e escolher as quatro melhores.

Ao final do prazo de inscrição, 18 projetos haviam sido apresentados por doutorandos de várias instituições de ensino², abordando temas relacionados a desigualdades sociais (5), dinâmica populacional, migração e envelhecimento (4), educação (3), a questão urbana (2), política (2) e religião (2).

Após criteriosa avaliação que levou em conta a relevância dos estudos propostos e o conteúdo dos projetos apresentados, o Comitê

Científico indicou os quatro trabalhos vencedores, que são apresentados nesta publicação:

- *Desigualdades de progressão educacional no Brasil: Interação entre características familiares e contextuais*, de Arnaldo Lôpo Mont'Alvão Neto;
- *Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: Efeitos territoriais e resultados escolares*, de Eduardo Ribeiro;
- *Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: Identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010*, de Marcel Hazeu e Lucia Isabel Silva;
- *Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México*, de Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza.

Os artigos

Os textos apresentados nesta publicação fizeram uso de informações dos Censos Demográficos, de outras fontes disponibilizadas pelo IBGE e de dados de outros órgãos governamentais que produzem e disponibilizam estatísticas.

No entanto, observando os trabalhos no que se refere à utilização dos dados censitários, encontra-se uma enriquecedora manipulação desse grande acervo de informações,

1 O Comitê Científico que avaliou as propostas era formado pelos professores José Alberto Magno de Carvalho – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar-UFMG); Roberto Ramos Santos – Universidade Federal de Roraima (UFRR); Eduardo Rios Neto – Cedeplar-UFMG; e Duval Fernandes – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGG-PUC-MG).

2 Universidade Federal do Pará (UFPA) – 1, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – 2, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – 1, Universidade de São Paulo (USP) – 1, Universidade Federal de Goiás (UFG) – 1, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – 1, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 3, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – 3, Universidade de Brasília (UnB) – 2, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – 2, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – 1.

que atende aos objetivos do projeto Brasil que Sai do Censo.

Dos quatro textos, três utilizaram as informações censitárias em modelos estatísticos para avaliar o comportamento das variáveis consideradas.

O primeiro trabalho, *Desigualdades de progressão educacional no Brasil*, utiliza dados sobre a educação dos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e aplica uma abordagem municipal na construção de indicadores sobre a progressão educacional. Foram também considerados aspectos ligados à situação do domicílio e o diferencial por sexo.

O segundo texto, *Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro*, utiliza as informações do Censo de 2010, para a cidade do Rio de Janeiro. Trabalhando com hierarquização territorial, o autor considera as áreas de ponderação definidas para a cidade como os limites geográficos e os setores censitários na recomposição de áreas subnormais. O modelo construído utilizou tanto os dados coletados pelo questionário da amostra como aqueles levantados no questionário do universo (básico). Os aspectos de raça/cor e gênero foram também considerados nas análises.

O texto *Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades* fez uso de informações contidas no questionário do universo que, no Censo de 2010, buscaram levantar dados sobre a emigração dos brasileiros. O território analisado foi o municipal, considerando 11 capitais estaduais. Nessas áreas, com o auxílio de vários instrumentais, foram criadas categorias com aglomerados de bairros tratados como de classe média e periferia. Os aspectos relacionados aos diferenciais regionais e de gênero foram considerados nas análises.

O último trabalho, *Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos*

e México, utiliza as informações do Censo de 2010 considerando vários níveis hierárquicos tendo por base os municípios, chegando à construção de aglomerados macrorregionais. As variáveis aplicadas ao modelo proposto para mensurar as desigualdades regionais estão relacionadas, principalmente, a renda e educação. Aspectos da desigualdade de gênero foram também considerados.

A seguir são apresentados, resumidamente, os quatro artigos que compõem esta publicação, destacando aspectos metodológicos e principais resultados.

Desigualdades de progressão educacional no Brasil: interação entre características familiares e contextuais

Este estudo analisa desigualdades de progressão em seis transições no sistema educacional brasileiro, integrando a análise do efeito das características socioeconômicas familiares (dimensão micro) à da influência de efeitos contextuais relacionados aos municípios brasileiros (dimensão macro). Partindo da base de dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010, o autor constrói uma série de indicadores educacionais que cobrem várias áreas.

Dentre os resultados, o primeiro que salta aos olhos são as reduções das desigualdades na progressão educacional durante o período estudado (1991 a 2010), ampliando o acesso à escola de diversos segmentos populacionais. No entanto, esses avanços não ocorrem em todas as transições estudadas, sendo maiores os avanços entre períodos da educação básica do que nos progressos entre períodos mais à frente na escala educacional, como a passagem do ensino médio ao superior.

O estudo indica que ainda são importantes os diferenciais de progressão por sexo, mesmo que com pequenas reduções ao longo do período estudado.

Quanto à questão cor/raça, são abordados os diferenciais na progressão que, com o tempo, tendem a diminuir entre brancos e não brancos, sendo favoráveis a estes últimos.

Quando os diferenciais na progressão escolar são analisados considerando a situação domiciliar (rural e urbano), observam-se importantes reduções nesses diferenciais, principalmente no tocante aos níveis baixos da escala educacional, o que sugere um efeito da ampliação da educação em áreas rurais.

O trabalho caminhou também no sentido de uma proposta de integração das dimensões micro e macro do processo educacional, avançando no entendimento de como a variação nos indicadores educacionais dos municípios influencia no processo de estratificação educacional, ou seja, na relação entre as origens socioeconômicas e a progressão dos estudantes no sistema educacional, considerando o período entre 1991 e 2010. A partir de dados dos Censos Demográficos e de modelos hierárquicos, verificou-se que as diferenças entre os municípios respondiam por parte importante do processo de alocação das oportunidades educacionais no Brasil em 1991, mas essa importância diminuiu progressivamente em 2010, respondendo por menos de 10% em todas as transições dentro dos ensinos fundamental e secundário. Essa tendência indica que a melhoria dos indicadores educacionais municipais, principalmente nas cidades que possuíam estrutura precária no início do período analisado, tem levado a uma diminuição da importância relativa das diferenças entre os municípios sobre as desigualdades educacionais.

Como indica o autor:

[...] o indicador agregado para cada município brasileiro tem efeito positivo sobre o progresso dos estudantes no sistema, independentemente das características socioeconômicas da família, confirmando o pressuposto básico deste estudo. Todavia, o segundo pressuposto, de que em municípios

com indicadores educacionais mais favoráveis estudantes dependem menos dos recursos fornecidos pelos pais, só pode ser aceito parcialmente. Embora essa relação seja verificada para o efeito da raça em todos os níveis, para o status socioeconômico e a educação dos pais isso se verifica somente nas transições iniciais de educação básica.

Concluindo o estudo, o autor observa que, levando em conta os resultados encontrados,

[...] é possível argumentar que, embora existam práticas institucionais (variações de currículo, disciplina, recursos disponíveis etc.) que organizam o sistema escolar desde um nível maior de tomada de decisões, variações na organização dos sistemas locais e nos indicadores educacionais municipais são importantes para se entender o processo de estratificação educacional, embora venham perdendo força nas últimas décadas. Nesse sentido, efeitos contextuais não são triviais, ou mero reflexo de processos que ocorrem no nível dos indivíduos, de forma que o clima educacional que rodeia os estudantes, para além daquele fornecido pelo ciclo familiar imediato, é importante para o sucesso educacional.

Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: efeitos territoriais e resultados escolares

O artigo propõe discutir os efeitos da comunidade e do território sobre o desempenho escolar dos estudantes das escolas municipais do Rio de Janeiro do nível fundamental.

A hipótese central do trabalho é que

[...] características ambientais, presentes nos territórios em que as pessoas desempenham cotidianamente suas rotinas espaço-temporais, são capazes de influenciar resultados individuais, provocando efeitos relevantes nas suas trajetórias de vida. Esse tipo de influência pode também ser notado sobre as instituições, de modo que, em distintas esferas da vida social, seria possível distinguir efeitos territoriais que atuariam tanto sobre indivíduos quanto sobre instituições.

O estudo oferece especial atenção à questão da violência urbana que, em con-

textos de cidades como o Rio de Janeiro, poderia desempenhar um papel relevante na explicação da distribuição territorial das desigualdades educacionais.

Como objetivos específicos propõe-se investigar o impacto potencial da proximidade das escolas e residência dos alunos de áreas de ocupação irregular, chamado pelo autor de *efeito favela*. Coloca-se também, na mesma linha, investigar o impacto da violência urbana considerando as mortes em conflito com a polícia e homicídios. Como último objetivo, o autor propõe observar o impacto, sobre os resultados escolares, de outras dimensões como renda, infraestrutura urbana, estrutura domiciliar e composição familiar, tendo em conta o local de moradia dos alunos e a localização das escolas.

Foram utilizadas informações de várias bases de dados combinadas com resultados do Censo de 2010. Em relação à avaliação do desempenho dos alunos, lançou-se mão dos resultados da Prova Rio, que é um teste de proficiência padronizado, aplicado anualmente pela Prefeitura do Rio de Janeiro, desde 2009, aos alunos da rede municipal nas séries determinadas.

As informações sobre a escola foram levantadas no acervo do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os dados do Censo Escolar de 2010, tanto os colhidos pelo questionário da amostra como os do questionário básico (universo) foram utilizados para a caracterização dos indivíduos, vizinhanças e territórios.

As áreas de ponderação foram utilizadas para a definição da área de análise das vizinhanças e os dados do universo com os aglomerados subnormais permitiram estabelecer aproximações para identificar as favelas da cidade.

Os dados relativos à violência urbana foram levantados junto ao Instituto de Se-

gurança Pública (ISP), do governo estadual, que disponibiliza informações sobre as ocorrências criminais registradas pelas delegacias da Polícia Civil.

O banco de dados utilizado nas análises combinou três níveis analíticos hierarquizados (alunos, escolas e vizinhanças), cada qual proveniente de diferentes fontes, e com suas peculiaridades em termos tanto de consecução quanto de processamento e tratamento das informações.

As análises utilizaram modelos de regressão multinível, com classificação cruzada, para testar concomitantemente efeitos das escolas e das vizinhanças onde os alunos residem e estudam.

Em termos de resultados vale registrar os seguintes pontos:

Os indicadores mais locais e imediatos de vitimização, como mortes no entorno das escolas e da residência dos alunos, não se mostraram significativos, de modo que uma vizinhança mais ampla, a vizinhança do bairro, representada pelas áreas de ponderação, se mostraram mais relevantes. Outro ponto interessante está no fato de que as taxas de vitimização significativas foram as de 2007 e não de 2010, ano da Prova Rio. Além disso, foram os conflitos armados contra a polícia que importaram, e não os homicídios de modo geral.

As variáveis que identificavam a vinculação aos territórios denominados favelas foram significativas em diferentes níveis, mesmo com o controle pelo nível socioeconômico dos alunos e das escolas. O fato de o aluno residir em favela reduz seu desempenho, assim como o fato de estudar em uma escola próxima ou dentro de uma favela. Foi encontrada ainda uma interação entre a moradia em favela e a região da cidade. Na Zona Sul a diferença entre morar ou não em favelas é maior, em termos de seus efeitos educacionais, do nas zonas Norte e Oeste, o que evidencia o supracitado o impacto do modelo de segregação carioca.

Migração internacional de mulheres das periferias de Belém e suas relações com outras cidades: identidades de gênero e classe na origem no Censo 2010

O texto aborda a questão da migração internacional fazendo uso dos dados do universo (questionário básico) do Censo de 2010. Nesse censo, pela primeira vez, foram introduzidas questões que permitem estimar o número de brasileiros no exterior, o país de destino, além de características do emigrante.

Ao identificar as tendências migratórias, os autores apontam quatro possíveis situações que poderiam estar associadas ao processo migratório observado. Seriam elas:

- (i) a migração de mão de obra (pouca ou não qualificada e qualificada), decorrente da permanente (re)divisão internacional do trabalho e (re)alocação da produção, continua, principalmente dentro dos próprios países ou entre países em uma mesma região, especialmente na Ásia e América Latina;
- (ii) a disputa permanente pelo acesso e domínio sobre os recursos naturais que tem envolvido estratégias extremas, provocando consequências sociais e migratórias abrangentes;
- (iii) os desdobramentos e contradições das migrações consideradas de mão de obra. Observando que não se trata de migração de mão de obra estritamente, mas a mobilidade de sujeitos complexos, membros de redes familiares e comunitárias e que estimulam, com sua migração, migrações de familiares, vizinhos, colegas etc., que, sem a migração pioneira, não teriam se inserido nos movimentos migratórios, que assumem a forma de redes e formam muitas vezes famílias e comunidades transnacionais, possibilitadas pelo avanço tecnológico de comunicação e transporte, que assumem dinâmicas migratórias às vezes diferentes daquelas que originaram a migração inicial ou que outros fatores poderiam induzir;

- (iv) a tendência migratória que se constitui a partir da metropolização da economia global e da globalização cultural, na qual os grandes centros urbanos se tornam centros de serviços, de comércio, de poder político e de consumo, com consumidores permanentemente informados sobre os produtos do mercado globalizado.

Além de um olhar mais atento sobre a região Norte, o autor propõe observar a emigração internacional que tem por local de origem 11 capitais brasileiras, a saber: Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Campo Grande, Belém, Recife, Fortaleza, Manaus, Boa Vista e Porto Velho.

Nessas cidades, por meio de categorizações já existentes, os bairros foram agrupados em bairros de classe média e bairros de periferia.

A classificação de bairros de cada cidade foi feita a partir de fontes disponíveis, selecionando os bairros considerando os mais baixos e mais altos índices por indicador escolhido. Lembra o autor que

[...] cada cidade tem realidades específicas e, portanto, o valor de um indicador de diferenciação dos bairros numa cidade pode ser diferente para a realidade de outra cidade, ainda que seja o mesmo indicador, como o IDH. Muitas fontes apresentaram indicadores próprios sobre a realidade dos bairros de certas cidades e, em alguns casos, as informações foram menos precisas, como indicações de bairros de periferia e de classe média por parte de pesquisadores ou representantes do governo local.

Entre os resultados encontrados, vale apontar que, por exemplo, nos estados que tem fronteira internacional, a emigração internacional tem forte participação dos deslocamentos para os países vizinhos, principalmente na região Norte.

Nas capitais analisadas fica nítida a diferença entre as duas classes de bairros consideradas. Enquanto nos bairros de classe média a tendência é emigrar para o Estados Unidos ou mesmo Reino Unido, países centrais do sistema capitalista, nos bairros da periferia os emigrantes escolhem como destino Espanha e Portugal.

Importante também considerar que nas cidades onde há forte concentração de comunidades de estrangeiros, estas influenciam nas opções de destinos. Tal situação foi observada em São Paulo e Campo Grande, onde um dos destinos mais procurados pelos emigrantes foi o Japão. Isso acontece por conta da comunidade de japoneses e seus descendentes que vivem nessas duas cidades.

Ao observar a questão gênero ligada à emigração, o autor aponta que, em geral, nos bairros de classe média, há uma tendência a se ter um número maior de mulheres do que de homens que fazem o trajeto migratório. Tal situação não se observa nos bairros classificados como de periferia, onde homens e mulheres emigram em proporções semelhantes, com ligeira tendência a maior participação masculina nesse processo.

A parte final do estudo, utilizando resultados de outros trabalhos, trata, com maiores detalhes, da migração feminina que tem origem na cidade de Belém. Observa o autor que

[...] ser jovem na periferia de Belém (e da Amazônia), para além das questões de exclusão econômica, configura processos de identidade distintos, de confinamento em uma realidade periférica de exclusão de direitos básicos, mas também de não possibilidade de acesso a experiências diversificadas e negociação de novos processos identitários, pautados, por exemplo, em maior *status* e poder na família e comunidade; de valorização cultural e autonomia, já que a negação de direitos condiciona as possibilidades ou impossibilidades de buscar este acesso; e de trabalhar condições de melhoria da vida em geral, de realização de sonhos ou expectativas.

Indica o autor que, segundo as pesquisas consideradas no texto,

[...] migrar significou, de fato, a possibilidade de colocar em cheque identidades produzidas em um certo contexto, neste caso periferias de Belém, por meio de confronto com novos contextos e sujeitos. A insatisfação com a identidade de uma mulher segregada numa periferia de Belém poderia ser alterada, por exemplo, em novas realidades sociais que pediriam novos posicionamentos, possibilitando novas leituras de ser mulher e ser brasileira.

Acrescenta o autor que

[...] ser brasileira no exterior parece ter um significado diferente do que ser brasileira numa periferia de Belém, inclusive para a família ou comunidade que fica, denotando às vezes maiores possibilidades de negociação e mobilidade social e espacial. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, migrar significou carregar um novo olhar e preconceito que recaí sobre as mulheres de classes populares quando saem dos papéis femininos tradicionais, de mães e esposas, de donas de casa e dependentes financeiramente de seus maridos. Aqui se inclui a necessidade de conviver e negociar com os estigmas da prostituição que em geral têm sido colados às mulheres que migram para o exterior.

Conclui o texto indicando

[...] que diversos fatores importantes se inter-relacionam para explicar a migração internacional de mulheres na periferia da Amazônia. Para além dos fatores de flutuação do mercado de trabalho ou disparidade de renda, estão as redes sociais e a presença de uma experiência familiar e histórica de migração e os processos simbólicos de negociação e construção de identidades dos sujeitos amazônidas, particularmente as mulheres. Esses processos são mesclados pelas questões de gênero, raça e classe social. Nesse contexto, o tipo e condições de inserção no mercado de trabalho no destino têm papel importante.

Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México

O texto tem por objetivo investigar os efeitos das desigualdades regionais sobre a

desigualdade interpessoal de renda domiciliar *per capita* no Brasil e comparar os resultados com os encontrados nos Estados Unidos e no México.

O autor trabalha com cinco hipóteses, mutuamente excludentes, que foram formuladas e buscaram avaliar as consequências das desigualdades regionais. A primeira hipótese

[...] é a de que ainda hoje um percentual significativo da desigualdade interpessoal de renda brasileira decorre de diferenças na renda média *per capita* entre recortes regionais pouco detalhados. Ou seja, a primeira hipótese prevê que, não obstante as mudanças recentes, as disparidades entre macrorregiões, Unidades da Federação (UFs) e mesorregiões permanecem fundamentais para explicar por que o Brasil é tão desigual. A segunda hipótese é a de que a estruturação regional das desigualdades não se esgota nesses recortes amplos, pelo contrário: no limite, é possível identificar recortes geográficos municipais e submunicipais capazes de explicar a maior parte da desigualdade de renda no Brasil. A terceira hipótese é a de que, em comparação internacional, não só a desigualdade total no Brasil é alta, mas também a regional, de modo que apenas mudanças no nosso nível de desigualdade regional seriam suficientes para aproximar a desigualdade interpessoal de renda no Brasil ao patamar dos países desenvolvidos.

A essas três hipóteses foram incorporadas mais duas. Uma indica que a variação na desigualdade interna entre regiões definidas de modo amplo é tão importante para explicar a desigualdade interpessoal de renda quanto a desigualdade nas rendas médias entre essas regiões. E a última hipótese indica que tal fato é uma característica peculiar da desigualdade brasileira.

As regiões definidas foram as macrorregiões adotadas pelo IBGE (Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste) e a menor unidade espacial adotada foi o município e as áreas de ponderação. Os dados do Censo de 2010 foram combinados em sete variáveis relacionadas a educação, renda, situação familiar (cônjuge e crianças), sexo, situação domiciliar e idade.

Além dos dados censitários do Brasil, foram considerados os resultados dos censos dos Estados Unidos e do México no ano de 2000, tendo sido as informações levantadas na plataforma do Integrated Public Use Microdata Series, International (Ipums-I), do Minnesota Population Center.

Os resultados encontrados indicam que

[...] a maior parte da desigualdade é local, seja no Brasil como um todo ou em cada macrorregião agregada separadamente. Nesse sentido, de um ponto de vista igualitarista, o problema é muito mais profundo do que a superação de quaisquer supostas dicotomias entre o moderno e arcaico – ou entre o centro e a periferia – e permanece constitutivo da experiência brasileira, apesar dos avanços recentes.

Agrega o autor que

[...] as desigualdades regionais não devem ser ignoradas, mas sim reinterpretadas com algumas nuances fundamentais. Primeiro, a clivagem principal continua sendo entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Diferenças entre recortes regionais mais detalhados têm papel apenas secundário, pelo menos até os níveis mais locais. Esse padrão indica a persistência de um problema estrutural de desenvolvimento, por assim dizer, que, *ceteris paribus*, deverá persistir por longo tempo. Segundo, quase tão importante quanto as diferenças de renda média entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste/Centro-Oeste são as diferenças nas desigualdades internas dessas macrorregiões agregadas, mesmo quando consideramos grupos tão pequenos quanto as áreas de ponderação. Diminuir a desigualdade local no Norte/Nordeste pode ser uma contribuição fundamental para reduzir a desigualdade de renda brasileira. No entanto, esses efeitos de segunda ordem da desigualdade regional costumam ter pouca visibilidade e é razoável especular que muitas intervenções cujo objetivo é “promover o desenvolvimento” das macrorregiões Norte e Nordeste podem acabar tendo efeitos contraditórios sobre a desigualdade de renda, na medida em que podem contribuir para aumentar a desigualdade local.